

Pode-se falar de revoluções sociais na Antiguidade Tardia?

Uiran Gebara da Silva¹

A resposta direta e sem rodeios é não. Não se pode. Muito embora uma pergunta semelhante tenha sido feita há cerca de 30 anos por Santo Mazzarino, um dos maiores historiadores desse período, ela foi feita em um contexto social e historiográfico que dava um enorme sentido a tal questão; a resposta foi semelhante.² Acredito que, nos tempos atuais e depois de algumas transformações na historiografia social do Mundo Antigo, seja possível e necessário reformular essa questão para fazer jus aos horizontes de atuação dos homens e mulheres de sociedades pré-capitalistas.

Tenho estudado há algum tempo um conjunto de revoltas rurais que aconteceram na Gália, na Hispânia e na África romanas dos séculos III a V d.C., movimentos que eram centrais para a apresentação da questão feita por Santo Mazzarino em 1980: os bagaudas (*bacaudae*) e os circunceliões (*circumcelliones*), estes também chamados de agonísticos (*agonistici*).

As revoltas dos bagaudas apareceram no final do século III nas regiões rurais da Gália, e foram combatidas por Maximiano pouco tempo depois da ascensão de Diocleciano. No século V, após a crise militar causada pela travessia do rio Reno pelos povos bárbaros, novamente ocorrem revoltas rurais em diferentes lugares da Gália e posteriormente na Hispânia, às quais a documentação identifica com o mesmo termo: os bagaudas. Já as ações dos assim chamados circunceliões distribuem-se entre meados do século IV até inícios do século V, em sua maior parte nas regiões interioranas da Numídia. As ações destes, no entanto, aparecem dentro de um contexto documental bem específico: os textos de polêmica entre o grupo de Agostinho e a assim chamada Igreja Donatista e, por causa disso, é necessário ter em mente a conexão dessas revoltas rurais com as práticas e as disputas do(s) cristianismo(s) africano(s).

Minha investigação buscou comparar os dois movimentos para verificar em que medida o contexto social e a experiência de classe (no cotidiano de vida e de trabalho) das comunidades das zonas rurais foram fatores determinantes para a ocorrência dessas revoltas. Essa hipótese se contrapunha inicialmente à maior parte da historiografia recente sobre ambas as revoltas, que acentua ou se concentra em outros fatores como elementos determinantes, e que, simultaneamente, ignora ou desqualifica explicitamente a experiência de classe e o conflito de classes como elementos de compreensão dessas revoltas. A historiografia sobre bagaudas do século XIX e XX

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

² Mazzarino, Santo. Si può parlare di rivoluzione sociale alla fine del mondo antico? In: *Il passaggio dall' antichità al medioevo in occidente. (Settimane di studio del Centro Italiano sul' Alto Medioevo IX)*. Spoleto: CISAM, 1961. pp. 410-425.

pode ser dividida em três temas enfatizados em diferentes proporções dependendo do autor: a dimensão “nacional” ou étnica em termos de uma resistência celta ou gaulesa à dominação romana, uma interpretação dessas revoltas em termos do fenômeno do banditismo, ou o seu caráter camponês de resistência aos impostos e, em alguns autores, ao desenvolvimento das leis do colonato no Império tardio.³ Já a historiografia correspondente sobre os circunceliões também apresentava uma ênfase diferenciada entre as seguintes opções: heresia, na forma de um braço armado do cisma donatista, um movimento religioso com um forte caráter também “nacional” ou étnico transitando entre o berbere e o púnico, ou o movimento de resistência de trabalhadores rurais.⁴

Contudo, as respectivas historiografias mais recentes (das últimas três décadas) sobre os bagaudas e os circunceliões se caracterizaram pela recusa da perspectiva de classe como fator de compreensão das ações desses movimentos. A historiografia sobre os bagaudas abandonou a perspectiva étnica/nativista e reduziu a condição de classe dos revoltosos, como camponeses, à sua submissão aos potentados locais gauleses, de forma que os bagaudas formariam com esses uma espécie de aliança contra o Estado imperial, opressor de *honestiores* e *humiliores* locais. E, por sua vez, a historiografia sobre os circunceliões, abandonando a ideia de conexões imediatas e orgânicas entre os circunceliões e os donatistas, assim como as perspectivas nativistas, voltou-se cada vez mais para uma problemática da violência religiosa e para uma interpretação anacrônica dos circunceliões como monges errantes fanáticos.⁵

É importante notar que, nas fases anteriores de ambos os conjuntos historiográficos, as condições de pertença a classes subalternas concorria com os outros fatores explicativos e uma sobreposição de fatores era bem comum. E nesse contexto, as teorias com maior vigência foram aquelas que reconheciam, dentre inúmeros fatores, a centralidade das expectativas e interesses das classes subalternas rurais em suas diversas configurações: camponeses, escravos ou trabalhadores sazonais. Nas interpretações mais recentes, inversamente, quase nenhum valor cognitivo se dá para essas expectativas e interesses, e busca-se entender as revoltas sempre a partir de determinações

³ Pode-se citar como exemplo do primeiro tema: Hubert, Henri. *Les Celtes depuis l'époque de La Tène et la civilisation celtique*. Paris: Renaissance du livre, 1932; do segundo tema: Jullian, Camille. *Histoire de la Gaule*. VIII vols. Paris: Hachette, 1926; e do terceiro tema: Thompson, E. A. Peasant revolts in Late Roman Gaul and Spain. In: *Past and Present*. November, 1952.

⁴ É importante ter em mente que a questão social estava presente em todos esses autores, cf. respectivamente: Brisson, Jean-Pierre. *Autonomisme e Christianisme dans l'Afrique romaine de Septime Sévère à l'invasion vandale*. Paris: E.de Boccard, 1958. Calderone, Salvatore. “Circumcelliones.” *Palavra del Passato*, vol. 113, 1967, p. 94-109; Friend, W.H.C. *The Donatist Church*. Oxford: Oxford University, 1951; Saumagne, Charles. “Ouvriers agricoles ou rôdeurs de celliers?” *Annales HE*, 1934, p. 355-364.

⁵ Cf. como mais emblemáticos para os bagaudas, Van Dam, Raymond. *Leadership and Community in Late Antique Gaul*. Berkeley: University of California, 1985, e para os circunceliões, Pottier, Bruno. “Les Circoncelions. Un mouvement ascétique itinérant dans l'Afrique du Nord des IVe et Ve Siècles.” *Antiquités Africaines*, 2008, p. 43-107.

externas ao cotidiano das comunidades rurais. E mesmo quando se reconhecem as condições de classe, elas nunca são configuradas em termos de capacidade de ação própria: ora são apropriadas pela instrumentalização feita pelos patronos locais, como é o caso com a ortodoxia mais recente sobre os bagaudas, ora são naturalizadas, de forma a colocar a ênfase da iniciativa das revoltas puramente em termos de conflito e violência religiosa, como é o caso dos circunceliões.

Essas historiografias mais recentes distanciaram-se de uma história vista de baixo, isto é, de uma busca pela história desses levantes do ponto de vista da iniciativa, da capacidade de organização e do impacto das ações das classes subalternas.⁶ Tal distanciamento foi resultado principalmente do esforço dos historiadores mais recentes em desenraizar essas revoltas, de forma que, por meio de leituras engenhosas da documentação, das quais não pretendo realizar a crítica neste texto, foram considerados pouco importantes os claros indícios de pertença dos revoltosos de ambas as regiões a comunidades rurais, assim como as evidências de que as revoltas respondiam a questões colocadas pelo contexto de exploração do trabalho rural dessas comunidades.⁷ E é nesse último ponto que me concentrarei, esboçando os horizontes políticos das revoltas nas duas regiões, o que me auxiliará, por fim, a recolocar a pergunta que intitula esta apresentação.

As teorias de explicação dessas revoltas de um ponto de vista do conflito de classes tendiam a situá-las dentro de um cenário que articulava uma profunda crise econômica da formação social do Império, uma crise pautada pela crise do escravismo ou do modo de produção escravista, na forma da interrupção do fornecimento da mão de obra no século II, e que desembocava em um processo de reforço linear da dominação aristocrática sobre os trabalhadores rurais, concluído e estabilizado no século VI.⁸ Esse reforço se baseava na interpretação do aparecimento de uma legislação fiscal sobre os camponeses não proprietários como uma redução de seus direitos e liberdades, que seria articulada, com a queda do Estado imperial no “Ocidente”, com o desenvolvimento de formas de dominação pessoal direta pela aristocracia. Esse cenário era bem consensual até os anos 1980, mas não é mais, tendo sido posto em questão por um conjunto de

⁶ Aqui me atenho primordialmente ao sentido dado por Harvey Kaey a esta abordagem, cf. KAYE, Harvey J. *The British Marxist Historians: An Introductory Analysis*. Cambridge: Polity Press, 1984.

⁷ Entendo a organização social e as relações de trabalho dessas comunidades basicamente nos termos de sociedades camponesas, nas quais a exploração e a extração do excedente se dão pela renda por contrato ou por tributação, cf. Vera, Domenico. “Forme e Funzioni della Rendita Fondiaria nella Tarda Antiquità.” In: GIARDINA, Andrea. *Società Romana e Impero Tardo Antico*. Vol. I: *Instituzioni, Ceti, Economie*. Roma-Bari: Laterza, 1986, p. 367-447; Ste. Croix, G. E. M de. *The class struggle in the Ancient Greek World*. Ithaca: Cornell University, 1998; Garnsey, Peter. *Peasants in Ancient Roman Society & Non-Slave Labour in the Roman World*. In: *Cities, Peasants and Food in Classical Antiquity. Essays in Social and Economic History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 91-106; 134-150.

⁸ Dois trabalhos são particularmente explícitos: Staerman, Elena M. “La caída del regimen esclavista.” In: Estepa, Carlos. *La transición del esclavismo al feudalismo*. Madrid: Akal, 1980, p. 59-107 e Anderson, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1975].

estudos que partem tanto do refinamento da compreensão das estruturas literárias das fontes textuais, quanto da profusão de estudos arqueológicos na área da Antiguidade Tardia.⁹

O cenário social que adoto para a compreensão dessas revoltas surgiu em resposta a mudanças na historiografia e na arqueologia desses três séculos. Nesse novo cenário, a crise do século III é fundamentalmente política e militar, com a reorganização da potência persa sob os sassânidas reconfigurando o equilíbrio de poder e exigindo uma respectiva reorganização do Estado romano.¹⁰ A dimensão social e econômica dessa crise, ao se olhar a formação social como um todo, está muito mais próxima de um processo de reajuste do crescimento excepcional dos séculos I a.C. a II d.C. a padrões típicos de sociedades pré-capitalistas do que uma crise de mão de obra escrava (interpretação que ainda valeria, talvez, para as regiões rurais da Itália).¹¹ No que diz respeito às relações de produção e circulação entre os séculos III e V, o conjunto das evidências tem permitido uma interpretação que encontra processos de intensificação da produção e desenvolvimento em grande escala de comércio inter-regional, regional e até mesmo local, um padrão que é encontrado com muita força na África e com menor intensidade na Gália e na Hispânia. Tal padrão de intensificação pode ser desdobrado nos seguintes fatores: a) reorganização do sistema tributário estatal; b) crescimento de assentamentos; c) monetarização e presença de produtos artesanais em larga escala em regiões previamente não monetarizadas e nas quais tais produtos estavam ausentes. Esses fatores podem expressar as seguintes relações sociais: 1) desenvolvimento de estruturas legais de maior controle da mão de obra camponesa a partir do Estado; 2) concentração de propriedades (não na forma de latifúndios, mas na posse fragmentada de inúmeras parcelas em escala inter-regional); 3) expansão de mercados locais, regionais e inter-regionais.¹² Esse desenvolvimento de mercados locais com impacto inclusive nas regiões rurais tem permitido algumas interpretações de que isso se refletiu em uma melhora dos padrões de vida no campo.¹³ Tal leitura não leva em

⁹ Há obras de síntese dessas mudanças, cf. Grey, Cam. *Constructing Communities in the Late Roman Countryside*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, e Bowden, William; Lavan, Luke; Machado, Carlos. *Recent Research on the Late Antique Countryside*. Leiden: Brill, 2004.

¹⁰ Heather, Peter. *The Fall of the Roman Empire. A new History of Rome and the barbarians*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

¹¹ Teve grande impacto sobre essa questão o artigo de Richard Saller, "Framing the Debate over Growth in the Ancient Economy". In: Morris, Ian. & Manning, J.G. *The Ancient Economy. Evidence and Models*. Stanford: Stanford University Press, 2005.

¹² Reproduzo aqui a argumentação de Chris Wickham, que penso ser a síntese que melhor responde as questões levantadas até agora em *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean 400-800*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

¹³ Cf. a defesa da civilização romana nesses termos de Brian Ward-Perkins em *The Fall of Rome: and the end of civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2005, assim como seu artigo sobre assentamentos rurais na Cambridge Ancient History: Ward-Perkins, Bryan. *Land, Labor and Settlement*. In: Cameron, Averil; Ward-Perkins, Bryan; Whitby, Michael. *The Cambridge Ancient History*. Vol. XIV: *Late Antiquity: Empire and Successors A.D. 425-600*, 2000, p. 315-345. Especificamente para a África romana, cf. Dossey, Leslie. *Peasant and Empire in Christian North Africa*. Berkeley: University of California Press, 2010.

conta, no entanto, que tal intensificação parece acompanhar um processo de aumento das taxas de exploração do trabalho camponês, na forma do maior controle da extração das rendas rurais e da concentração da propriedade. É importante enfatizar que esse processo é profundamente dependente do Estado romano.

Nesse cenário, o conceito chave para a compreensão das revoltas é a crise da hegemonia aristocrática no campo.¹⁴ Mas isso aparece de forma diferenciada nos dois conjuntos de revoltas.

As ações dos bagaudas no fim do século III d.C. ocorrem em um momento de resolução de uma profunda crise política e militar no Império Romano como um todo, mas que teve impactos importantes na Gália. Em meio a uma série de conflitos militares contra povos bárbaros, houve uma série de generais locais que se intitularam imperadores e que tentaram lidar com a crise militar e política. Com esses homens derrotados, e com o Império unificado sob o comando de Diocleciano, as revoltas dos bagaudas são mencionadas pela primeira vez. As revoltas iniciais dos bagaudas, no século III, estariam localizadas no início dos processos acima descritos e parecem ser mais uma resposta à crise política e militar do século III e à instabilidade da dominação ideológica.¹⁵ As ações dos bagaudas que são descritas pelas fontes neste contexto são o ataque a cidades e a plantações. Um dos documentos, um panegírico a Maximiano detalha que eles teriam atacado os seus próprios cultivos, inclusive.¹⁶ Embora a falta de detalhamento das fontes torne difícil delinear de forma definitiva as razões para esse tipo de ataques, as ações acima podem ser explicadas em termos de insatisfação dos *rustici* com o grau de extração das rendas fundiárias ou até mesmo a tributação. Uma outra possibilidade de explicação é que tais ações podem ser entendidas como reação à reorganização das relações de propriedade (concentração) que teriam se iniciado em meados do século III. A repressão contra eles é feita diretamente por Maximiano, como uma das primeiras intervenções de Diocleciano, e é sistematicamente lembrada nos panegíricos em homenagem a esse quando se torna augusto. Ao contrário do que se esperaria, a repressão de Maximiano é rápida e busca antes a dispersão do que a aniquilação dos revoltosos, o que concorda com a ênfase que os panegíricos dão à ideia de perdão e misericórdia da parte de Maximiano. Essa ênfase no perdão dos revoltosos condiz à necessidade de pacificação da mão de obra camponesa e restabelecimento da normalidade de trabalho da parte do Estado.

¹⁴ A crise da hegemonia aristocrática também está presente no modelo proposto por Chris Wickham em *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean 400-800*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

¹⁵ *Panegirici Latini* 2 (10) 4.1-4, 5.1, 6.1; 3 (11) 3.4-5 5.3 ; 7 (6) 8.3 Eutropius, *Breviarium*: IX, 20 Aurelius Victor, *Liber de Cesaribus*: XXXIX, 17.

¹⁶ *Panegirici Latini* 2 (10) 4.3-4.

No final do processo social de intensificação descrito acima, as revoltas dos bagaudas no século V são claramente associadas à insatisfação com a tributação por Salviano de Marselha.¹⁷ Esse polemista cristão aponta como a origem dos bagaudas a insatisfação, mas ela não recai numa recusa pura e simples da tributação, como se o Estado romano fosse um ente distante; em sua descrição, o problema reside na manipulação da cobrança de impostos feita pelos responsáveis locais pela cobrança, a aristocracia local, que operacionaliza e distorce o sistema de cobrança e isenções a seu favor. Isso é acrescido da manipulação dos limites e fronteiras entre terras de grandes e pequenos proprietários, o que acarretaria o empobrecimento dos pequenos proprietários para a condição de arrendatários. Assim, na descrição de Salviano, o que se vê é a íntima relação entre as formas de dominação da aristocracia local sobre as regiões rurais e o aparato estatal romano.¹⁸ Adicionalmente, o que se encontra no conjunto documental do século V é uma sequência de revoltas que vão paulatinamente se encaminhando na direção da sedição, na criação de um domínio territorial autônomo da “Sociedade Romana”.¹⁹ Nestes termos, é possível interpretar isso como um processo de constituição de um programa de autonomia política das comunidades de trabalhadores rurais em relação à ideologia e às formas da política aristocrática romana. Outro elemento significativo que aparece na documentação é a perspectiva de aliança de classe dos *rustici* e *agricolae* (a composição social dos bagaudas, segundo a documentação) com os *servi* de algumas das fontes. Isso corresponde a outro fator que sinalizaria um processo de constituição política autônoma das comunidades rurais, na forma embrionária de uma construção ideológica contra-hegemônica. Tendo como base a descrição de Salviano dos mecanismos de exploração como geradores das revoltas, assim como os fatores de desenvolvimento econômico mencionados anteriormente que podem ter acirrado as tensões de classe até mesmo no interior de comunidades rurais da Gália quando se dá a crise do Estado romano no século V, uma crise que resultou em uma efetiva desarticulação do Estado inter-regional romano e na criação de unidades políticas e econômicas de menor escala, é posta em cheque também a hegemonia das relações de patronagem rural da aristocracia romana, relações de dominação que dependiam dialeticamente da existência do Estado romano.

As revoltas rurais dos circuncelões por parte da documentação ocorrem de meados do século IV a inícios do V. Mas é necessário ressaltar uma importante distinção: as menções às ações

¹⁷ Salviano de Marselha, *De Gubernatione Dei*: 5.21-26.

¹⁸ Salviano de Marselha, *De Gubernatione Dei*: 5. 27-37

¹⁹ Rutilio Namatiano, *De Redito Suo*: I. v.213-216; Zozimus, *Historia Nova*: 6.2.5; 6.5.2-3; *Chronica Gallica de 452*, *Chronica Minora, Monumentae Germanicae*: 117.119, 127, 133; Constantius, *Vita S. Germani*: 28.40; Merobaudes, *Panegyricus*: 2.8-22; Sidonio Apolinario. *Carmina* v 210-3; vii 246-8; Jordanes, *Getica*: XXXVI .191. A retirada da sociedade romana é descrita explicitamente pelo cronista gaulês.

dos circunceliões foram registradas em meio a uma disputa pela legitimidade como a Igreja Cristã africana entre dois partidos, os cecilianistas (que a historiografia moderna costuma naturalizar como os “católicos”) e os donatistas.²⁰ Dentro desse conjunto de menções produzidas majoritariamente pelos cecilianistas, uma leitura pouco crítica produz a impressão que os circunceliões seriam uma espécie de braço armado dos donatistas.²¹ Essa leitura não dá conta de certas contradições internas dos textos polêmicos e da documentação legal do mesmo período,²² que sustentam uma interpretação mais ampla do termo “circunceliões”: como uma categoria de trabalhadores sazonais, que erravam pelos mercados em busca de emprego na época da colheita, principalmente das uvas. Esses grupos de trabalhadores seriam sistematicamente utilizados (seja a contrato, seja por genuína militância cristã, as dimensões podem se complementar) como milícias violentas. Os contextos de sua aparição seriam: a tomada de propriedades eclesiásticas alheias, sempre fazendo valer a decisão *ad hoc* do poder público, que ora decidia em favor dos cecilianistas, ora em favor dos donatistas; e o espancamento com a eventual morte ritual de clérigos que passavam de um lado para o outro, esse espancamento contra traidores também aparece como recorrente em ambos os lados e exibe uma característica clara de violência ritual.²³ E nesse sentido, um dos principais responsáveis pela construção da vitória dos cecilianistas e a sua consolidação como ortodoxia, Agostinho parece estar sistematicamente escondendo ou justificando o uso desses bandos violentos pela parte que apoiava. Optato de Milevis e, depois dele, Agostinho conseguiram habilmente esconder suas associações e construir uma associação orgânica entre os donatistas, os circunceliões que os apoiavam como bandos violentos e um tipo bem específico de circunceliões, que são os responsáveis pelas revoltas rurais, os agonísticos. Essa construção foi um dos pilares de convencimento para o Estado romano considerar os donatistas uma ameaça à ordem social e transformar os donatistas em heresia.²⁴

A denominação “agonísticos” ocorre precisamente nos relatos de rebelião rural. Esses relatos, presentes em Optato e Agostinho,²⁵ apresentam múltiplas ações que podem ser consideradas de resistência à exploração das comunidades rurais: o controle da cobrança de dívidas por meio da

²⁰ A obra clássica sobre os donatistas é a de Frend, *op. cit.* O estudo mais metucioso atualmente é o de Brent Shaw: *Sacred Violence. African Christians and Sectarian Hatred in the Age of Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. Acompanho aqui a desconfiança de Maureen Tilley quanto à ortodoxia do “catolicismo” do partido de Agostinho, cf. Tilley, Maureen. *The Bible in Christian North Africa. The Donatist World*. Minneapolis: Fortress, 1997.

²¹ Optatus de Milevis, *Contra donatistas*. III.4; Agostinho, *Epistolae*: 23.6-7; 29.12; 35.2; 43.24; 51.3; 53.6; 76.3; 76.2; 81.1-7; 86; 87.4-8; 87.8-12; 88.10; 93.17; 100; 100.2; 105.1-7; 105.3-4; 106; 107; 108. 5, 14, 16,18; 111.1; 131.1; 134.2; 139.1-2; 185; 185.8, 12, 15, 25-27, 30, 40; *Contra Gaudent*. I 6.7; 22.25; 27.30; 28.32; 31.37; 36; 46; *Enar. In Psalm.*: 54.26; 132.3, 4, 6; Possídio, *Vida de Agostinho*: Cap 10;12

²² *CTh* 16, 5, 52

²³ Shaw, Brent. *Op cit. Passim*.

²⁴ O que fica claro nas declarações de Marcelino, o oficial imperial responsável pelo encaminhamento e aplicação das sanções na conferência de Cartago em 411, cf. *Atas da Conferência de Cartago de 411*. Capítulos das Atas: III. 297; Atas: III. 174; Edito.

²⁵ Optatus de Milevis, *Contra donatistas*. III.4; Agostinho, *Epistolae* 108, 185; *Contra Gaudent.*: I.

escrita de cartas de ameaça e a ação coletiva para a expulsão dos credores; o ataque a homens bons (*pater familias*), com a libertação de escravos e até mesmo a colocação dos senhores na posição dos servos; e a expropriação de terras. Todas essas ações parecem ter sido coordenadas a partir de uma cosmovisão e uma ritualística cristã que se aproximaria do cristianismo organizado com base no culto aos mártires da perseguição de Diocleciano, no qual também se baseava o cisma donatista. As principais evidências dessa dimensão religiosa das ações dos agonísticos são a sua liderança, que é imputada a alguns homens denominados “generais dos santos”, e o grito de “Deus é louvado (*Deo laudes*)”. Por outro lado, o confronto e o discurso contra as autoridades seculares é um elemento que tende a diferenciar a atuação do clero donatista da dos agonísticos, o que Optato e Agostinho precisam reconhecer algumas vezes.²⁶ Quando tomadas em conjunto, essas ações situam-se muito mais dentro de um paradigma reivindicatório e de controle popular da justiça, pensada em termos de uma justiça cristã, do que do modelo de sedição que se encontra nos bagaudas, já que não se pode falar da construção de um domínio territorial ou estruturas de governo local. O horizonte político dos circunceliões agonísticos pode ser entendido em termos de construção de um programa de autonomia dos interesses das comunidades rurais em relação aos da classe dominante, contando com a apropriação de certos instrumentos legais de negociação, como as cartas, e a perspectiva de aliança com os escravos, configurando-se nos termos de uma economia moral da multidão. Tal política deve ter sido considerada ameaça suficiente à ordem social romana para que fosse reprimida. E conseqüentemente, a construção da associação entre essa ameaça à ordem e os donatistas foi muito importante na economia do argumento dos cecilianistas contra os donatistas, porque a ameaça contra a ordem social nas regiões rurais da Numídia que os agonísticos representavam provavelmente foi o que inclinou o Estado a apoiar de forma definitiva o lado dos cecilianistas.

Pode-se enfim, falar de revoluções sociais na Antiguidade Tardia? Novamente, não. Mas isso não quer dizer que se possa fazer uma narrativa histórica na qual as classes subalternas não tenham se insurgido ou resistido à dominação de classes proprietárias. Há pelo menos dois conjuntos documentais que mostram ao historiador processos de rebeliões rurais e que podem ser interpretadas em termos de crise de hegemonia da dominação aristocrática sobre as comunidades camponesas. O que não há na Antiguidade Tardia é um processo revolucionário, isto é, um projeto prático e ideológico de transformação radical da formação social que coincida com a crise generalizada de um modo de produção. Dessa forma, qualquer tentativa de refletir sobre esses movimentos apenas a partir de uma concepção de consciência de classe adjudicada, ou como

²⁶ Optatus de Milevis, *Contra donatistas*. III.4; Agostinho, *Enar. In Psalm*. 132.

possibilidade objetiva,²⁷ é problemática, pois não dará conta do processo histórico e das experiências políticas efetivamente apresentados na documentação. Esse tipo de categoria é fundamental como ponto de partida da análise, mas deve ser integrada, problematizada e reconfigurada pelas ações políticas e a organização expressa nos vestígios. O caminho metodológico que busquei desenvolver foi a análise dos dois movimentos de revolta rural por meio das teorias da escrita da história das classes subalternas de Antonio Gramsci.²⁸ Assim, tomei como linha de desenvolvimento da argumentação a possibilidade de se entender os bagaudas e os circunceliões com base nos fatores de desenvolvimento de autonomia de programa em relação ao da classe dominante, e a criação de alianças, os passos derradeiros na busca da constituição da classe como sociedade política, como Estado, nos termos de Gramsci. Caminho de análise que penso ser aquele mais frutífero para entender ambos os grupos de revoltosos a partir da ótica da experiência de classe e da luta de classes.

²⁷ Como nas propostas de Georg Lukács em *História e Consciência de Classes*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1923] e que ecoa no trabalho de Ste.Croix, G.E.M. Op. cit.

²⁸ Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 5: *Il Risorgimento italiano e notas sobre a História da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, caderno 25.2.